

SOLIDARIEDADE VERSUS CAPITAL: ELEMENTOS PARA COMPREENDER A TRANSIÇÃO HOJE

Sessões Ordinárias

Área Temática – três (3): Economia Política, capitalismo e socialismo

Sub-área: 3.2. Capitalismo Contemporâneo e Socialismo

Marlene Grade¹

A filosofia interroga-se acerca do que é verdadeiro para todos os homens, não acerca do que é verdadeiro para alguns indivíduos; as suas verdades metafísicas não conhecem as fronteiras da geografia política; as suas verdades políticas sabem demasiado bem onde as “fronteiras” começam a confundir o horizonte ilusório de uma concepção particular do mundo e do povo com o verdadeiro horizonte do espírito humano (MARX, 1972, p.27).

Resumo

Partindo de dois experimentos sociais, a Associação de agricultores das encostas da serra geral – Agreco, no campo, no estado de Santa Catarina e a organização de mulheres migrantes, no urbano, no estado de Roraima, buscamos indicar, como possibilidade, elementos que apontam para uma nova sociabilidade humana, para além do capital. Ambas as experiências apontam elementos contraditórios de negação e de superação da forma atual de reprodução social. Ao mesmo tempo em que ocorre a ação coletiva em função da existência, indicam movimentos da consciência no sentido da autocompreensão *de si para si*, na acepção posta por Hegel, isto é, em transição. A base teórica fundamentada no pensamento marxista possibilitou parâmetros para pensar-se a transição e a consciência hoje, exprimida nas contradições dessa práxis.

Abstract

Starting with two experiments social, the Association of farmers in general slopes of the mountain - Agreco, in the field, in the state of Santa Catarina and the organisation of migrant women in the urban, in the state of Roraima, sought state as possible, elements that point to a new human sociability, in addition to the capital. Both experiments indicate contradictory elements of denial in overcoming the current form of social reproduction. At the same time that the collective action occurs in the light of existence, indicate movements of consciousness in the sense of self to you for you in the sense made by Hegel, that is in transition. The theoretical basis based on Marxist thought possible parameters for thinking up the transition and awareness today, expressed in the contradictions of this practice.

1 Introdução

Neste artigo, partindo de dois experimentos sociais, a Associação de agricultores das encostas da serra geral – Agreco, no campo, no estado de Santa Catarina e a organização de mulheres migrantes, no urbano, no estado de Roraima, buscamos indicar, como possibilidade, elementos que apontam para uma nova sociabilidade humana, para além do capital.

A Agreco localiza-se nas encostas das serras gerais, no Vale do Braço do Norte, entre às cidades de Florianópolis, Lages e Tubarão, povoada por imigrantes europeus. Na agricultura reside sua principal atividade econômica. Ao longo do século XX a região sofreu os impactos da urbanização e da mecanização agrícola, em resposta a esses impactos foi construindo sua (re)produção a partir da agricultura orgânica. Os grupos de mulheres migrantes situam-se no estado de Roraima, norte do país, organizando-se em grupos coletivos, extraem suas condições de

¹ Profª. Adjunta do curso de Ciências Econômicas da UFVJM, Doutora em Geografia (UFSC). E-mail: mcmарlene@uol.com.br

existência a partir de habilidades pessoais, confecção de roupas, artesanatos e outros. Situando-se fora do sistema dinâmico do capital organizam-se pela força da contradição buscando respostas para a reprodução da vida.

Ambas as experiências apontam elementos contraditórios de negação e de superação da forma atual de reprodução social. Ao mesmo tempo em que ocorre a ação coletiva em função da existência, também indica movimentos da consciência no sentido da autocompreensão *de si para si*, na acepção posta por Hegel, isto é, em transição. Esses grupos pela sua própria natureza são expressões da negação do capital, na medida em que nesta sociedade são tornados prescindíveis. As ações coletivas os colocam frente ao *vir-a-ser* posto por Heráclito. Indicações deste *vir-a-ser* surgem quando os grupos apóiam-se na práxis solidária, quando se organizam de forma coletiva, quando resistem a permanecerem na subalternidade.

A metodologia deste artigo consistiu-se na observação dessas experiências não como dados isolados ou simplesmente reprodutores da ideologia dominante, mas como esforços coletivos que na contradição de uma consciência em movimento deparam-se consigo e indicam elementos para se pensar uma sociabilidade posta pelo capital, mas para além dele, no sentido posto por Marx.

A base teórica fundamentada no pensamento marxista possibilitou parâmetros de análise para pensarmos questões como transição e consciência exprimida pelas contradições produzidas no bojo das relações sociais.

2. O trabalhador no atual estágio das forças produtivas

Em todas as sociedades o homem tem de se produzir e o faz atuando nas condições que encontra à sua disposição, legadas pelas gerações que os precederam, ao atuar nelas, as modifica ou as perpetua. Na sociedade burguesa a produção material da vida (ou, as condições dadas) está determinada pelo capital que produz relações sociais que lhe são condizentes: salário e lucro. Nesse sentido, nossa apreensão da dinâmica do mundo evidencia-se em uma sociedade dividida em classes sociais: de um lado, proprietários dos meios de produção e de outro, proprietários da força de trabalho. Configurando-se, hoje, em um determinado grau de seu desenvolvimento histórico, sendo este nosso ponto de partida, assim como o foi para Marx (2004). A questão que daí advém é: Qual é a especificidade de nosso tempo em relação ao tempo vivido por Marx?

A desvalorização do homem trabalhador é fato empírico já observado por Marx: o homem desvalorizava-se à condição de mercadoria enquanto a riqueza valorizava-se em *si e para si*. É, também, fato empírico, a virtuosidade do mundo burguês: a união dos homens para produzirem a sua existência. “Esta especificidade das relações sociais burguesas faz dela uma virtuosidade da humanidade, pois é o elemento mais desenvolvido que a humanidade engendrou no processo da constituição do ser social” (AUED, 2002, p.36).

Uma das características singulares da dinâmica do capital é que nele os homens burgueses atuam no presente em função de um futuro esperado, a teleologia burguesa. Os homens capitalistas têm no futuro seu ponto de partida, somente atuando no presente na medida em que este futuro lhes condiciona os atos que efetivam sua razão. Assim é que os capitalistas compram força de trabalho e meios de produção para, no processo produtivo, transformarem riqueza na forma abstrata, dinheiro, em capital. Mas ao comprarem estas duas mercadorias específicas, o fazem não porque são valores-de-uso, mas porque são elementos materiais necessários à valorização da sua propriedade privada. A valorização, embora seja um ato teleológico, já está materializada na magnitude dos elementos previamente adquiridos pelos capitalistas: a compra de meios de produção é adequada à materialização do trabalho acordado entre capitalistas e trabalhadores por ocasião da contratação da força de trabalho (GRADE e AUED, 2005).

Ao apresentarmos esta característica singular do modo de produção capitalista, buscamos chamar a atenção para o fato de que, no ato teleológico do capital, é que o comportamento humano burguês é determinado, condicionado e influenciado pelo futuro e, não mais, pelo passado ou pelo presente. O comportamento humano motivado pelo passado e pelo presente é uma característica dos povos pré-capitalistas, razão pela qual admitimos que a sociedade capitalista é aquela na qual é engendrada a característica primeira do homem produzir sua existência conscientemente (teleologia), ainda que seu produto seja a valorização da propriedade privada como capital (AUED, 2005).

O salto histórico do modo de produção capitalista para uma forma superior de sociedade está no ato teleológico, mas com conteúdo modificado: a valorização da vida humana *em si e para si* – o homem como pressuposto e resultado. Na forma burguesa de produzir a vida, os homens se objetivam em capital, são reificados, enfim, em riqueza como produto consciente (teleológico) do agir dos próprios homens. Os homens ao se objetivarem conscientemente como capital valorizam a riqueza em *si e para si*. Essa valorização é feita em detrimento da valorização dos homens produtores diretos. Assim, se de um lado a riqueza material é concentrada e centralizada num pólo, de outro, os homens são deixados à própria sorte da lei econômica do capital, cujo produto é a sua desvalorização. Esta desvalorização ocorre porque os produtores diretos são vendedores da mercadoria: força de trabalho; e como toda mercadoria historicamente determinada, a força de trabalho, é, também, regida pelo princípio da economia política: pela redução do seu valor em razão do aumento da produtividade do trabalho social. Conseqüentemente, a valorização da riqueza pressupõe a desvalorização dos homens produtores diretos para o capital. Motivo pelo qual o desenvolvimento do modo de produção capitalista engendra a centralização do capital e a conseqüente miséria do homem produtor direto, processo que se pode denominar de “desvalorização do homem enquanto ser trabalhador” (GRADE e AUED, 2005).

À proporção que o processo de valorização da riqueza se faz pela centralização do capital e que, ao mesmo tempo, produz a desvalorização do homem, a história evidencia que o modo de produção capitalista não mais consegue engendrar as condições sociais para a reprodução dos seres humanos, como o vinha ocorrendo até então. Assim sendo, resta aos homens duas alternativas: ou retornar às formas antigas de se produzir vida humanamente aceitável, tais como camponeses, artesões, escravos ou então, construir outra que seja capaz de os homens nela viverem adequadamente (AUED, 2004).

A primeira das alternativas não tem sido aquela que o homem tem buscado para solucionar as contradições engendradas pelo modo de produção capitalista, visto que os meios de produção materiais da vida já se constituem em propriedade privada dos capitalistas, além de que, com o desenvolvimento da base técnica, elas só podem ser operadas em comum, coletivamente, e não mais individualmente. O trabalho social as superou. É o caso da eletricidade, que é produzida em grandes unidades industriais (hidrelétricas, termelétricas, reatores atômicos, etc.) as quais só podem ser operadas em comum (coletivamente), e cuja propriedade é privada (AUED, 2002, 2004).

A segunda solução ainda se encontra aberta à ação humana, isto é, constitui uma possibilidade à disposição daqueles que não mais encontram na sociedade burguesa as condições para viver, dada a impossibilidade de se valorizarem como homens (AUED, 2004, 2005). Teleologia humana: o homem como começo, meio e fim da organização da produção. Nesse sentido, a diferença da época de Marx ao início do século XXI é que no espaço atual da humanidade o que o modo de produção capitalista tem explicitado como universalidade,

que se manifesta distintamente em cada lugar, é o tempo em que uma parcela da humanidade não mais consegue se reproduzir nem individual e nem socialmente, ou seja, o tempo presente é a degeneração acelerada das relações sociais burguesas, o que faz com que compreendamos ser ele (tempo presente) o avanço da pesquisa, o desvelar dos caminhos possíveis para a superação da sociedade atual e a produção de uma outra superior à presente. (AUED, 2002: p. 37)

O que se evidencia é que uma parcela considerável da humanidade já nem mais consegue se atrelar ao capital para ser desvalorizada. Assim, buscamos nessas condições materiais, neste momento da história dos homens, os elementos que indicam a superação destas condições, ainda que como possibilidade, para uma nova sociedade diferente das até então experienciadas pelo homem. Assim é que se estabelece,

o nexa, a mediação e a relação entre o modo de produção capitalista e uma sociedade que a substituirá, que é a sociedade do vir-a-ser. O nexa, a mediação e a relação estão no ato teleológico engendrado pela sociedade burguesa, porém com um conteúdo singular. Enquanto na sociedade burguesa o ato teleológico se objetiva na valorização do capital, na transição para uma outra sociedade, o ato teleológico será o de objetivar o homem como homem humanizado, universal. Isto é, o homem como produto consciente do próprio homem. (AUED, 2005, p.38)

Emerge assim a questão: como os homens desvalorizados, no e pelo modo de produção capitalista, adquirem a consciência para a construção teleológica de outra sociedade, na qual o seu

pressuposto e resultado consciente será o próprio homem, para além do homem trabalhador, o homem humanizado?

Não basta somente que a desvalorização ocorra para que o homem adquira consciência automática da impossibilidade de produzir a sua existência nas condições historicamente dadas. É necessário que a força produtiva do trabalho social tenha alcançado um grau de desenvolvimento tal que não mais pode ser operada individualmente ou localmente, que se manifeste como universalidade histórica na qual todos os homens estejam em contato uns com os outros e que “a vida de cada um passe a ser questão de todos e que a vida de todos dependa da práxis de cada um” (AUED, 2005, p.39). De tal forma que “quando esta universalidade histórica é alcançada, a riqueza material para satisfazer as necessidades de todos os homens é um fato histórico que molda a vida dos seres humanos” (Idem). Assim se fazendo, a riqueza material universal defronta-se com o homem produtor direto, e ele não pode dispor dela porque é propriedade privada de outrem. Em este fato histórico se fazendo, o homem produtor direto rebela-se contra a sua condição por não poder acessar a riqueza socialmente produzida, pois desvinculado do produto do trabalho da sociedade, tem dificuldades de reproduzir-se mesmo como animal. Assim, “desprovido de toda exterioridade, material e espiritual, sobra-lhe somente a vida a ser efetivada; porém, para efetivá-la, é necessário alimentar-se, habitar algum lugar, vestir-se, enfim, reproduzir-se biologicamente, para se igualar a qualquer animal”. E, mesmo para conseguir essas mínimas condições para se reproduzir, “a vida torna-se um tormento”. Assim, defrontando-se “com esta impossibilidade [histórica] de efetivação de sua vida é que ele reivindica a participação ao direito à existência. Ao reivindicar esse direito, ele só poderá fazê-lo modificando as condições dadas” (Idem).

Como vimos afirmando, no modo de produção capitalista há o processo de se fazer homens desvalorizados em vista de que ele se move pela valorização do capital. Ao reivindicar o direito à existência social, esse homem desvalorizado apenas pode fazê-lo movido pela razão que é a produção de sua própria vida, e não mais a do capital. O ato teleológico para ele é que a ação do presente é criar esse processo de engendrar-se como homem vivente.

Conforme pesquisa realizada por Grade (1999 e 2006) essas lutas têm se evidenciado no Brasil como Economia Solidária, como Movimento dos Sem-Teto, Movimentos ecológicos e agroecológicos, entre outros. Algumas de suas expressões singularizam-se nas lutas na cidade como as que assumem a forma de Cooperativas, como as de Catadores de Papel. Em Florianópolis, Santa Catarina, tomaram a forma de um Fórum, o Fórum do Maciço do Morro da Cruz. Ainda em Santa Catarina, a Agreco (Associação de Agricultores das Encostas da Serra Geral, sediada no município de Santa Rosa de Lima) e os grupos de mulheres imigrantes do Estado de Roraima. No campo as lutas aparecem nas organizações coletivas de assentamentos rurais do MST e mesmo seus acampamentos. A partir desses espaços buscamos responder a questão: nesses experimentos há

elementos que possam nos indicar a superação do modo de produção capitalista? Ou seja, elementos transitórios, à luz das formulações de Karl Marx?

Esses experimentos estão pautados na concepção que vem tomando corpo teoricamente na América Latina, particularmente no Brasil, na chamada “Economia Solidária” ou “A Outra Economia”², e também na concepção do movimento agroecológico proposto por Miguel Altieri e ainda construção de uma nova racionalidade: a racionalidade ambiental proposta por Enrique Leff, ou na concepção de que nesses experimentos já há um novo modo de produção: o modo de produção solidário, como defende Paul Singer. E também na busca pela identificação do “homem simples” recolhida dos trabalhos de José de Sousa Martins.

Esses experimentos trazem como conteúdo à luz a luta dos homens trabalhadores na superação da sociedade burguesa? Interrogamo-nos a cerca de qual o significado destes experimentos construídos pelos homens produtores diretos. Há neles indicativos, possíveis, ainda que em germe, da construção de uma nova forma de universalidade humana, para além do capital? Trata-se de um processo transitório na busca por uma nova forma de produção da existência humana?

Partindo das condições dadas, das condições materiais postas à produção dos homens burgueses, legadas pelas gerações anteriores às atuais, que elementos se fazem possíveis de serem apreendidos como economia solidária, nesses experimentos da classe-que-vive-do-trabalho e que podem indicar uma nova sociedade? Que mudanças esses experimentos sociais processam na base material do modo de produção capitalista que nos permitem assimilar elementos de sua superação, ainda que contraditórios, em vista de o capital ser contradição em processo? (MARX, 1977, p.91).

O capital é a própria contradição em processo, não sendo fenômeno conceitual, mas inerente à natureza dessa forma material de produção da existência humana. Essa contradição é apreendida na história, ao mesmo tempo em que, sob ele, tudo é transformado em coisas compradas e vendidas. Contraditório porque se efetivando e negando-se a si mesmo constrói, em seu interior, elementos que possibilitam o emergir de uma nova sociedade, isto é, superando-se.

Partimos do pressuposto de que os homens, nesta sociedade, têm duas formas limites de produzirem sua existência: ou a produzem com o próprio trabalho, como fonte de sua propriedade privada, ou com o trabalho dos outros homens. Entre eles há infindáveis combinações possíveis (AUED, 2005).

A propriedade privada, antítese da propriedade coletiva, social, só existe quando o instrumental e as outras condições externas do trabalho pertencem a particulares. Assume caráter diferente conforme esses particulares sejam trabalhadores ou não. Os matizes inumeráveis que a propriedade privada oferece à primeira vista refletem apenas os estados intermediários que

² *A Outra Economia*: livro organizado por Antonio David Cattani, editado no ano de 2003, pela Veraz Editores, no qual sistematizam-se os conceitos essenciais dessa “outra economia”.

existem entre esses dois extremos, a propriedade privada de trabalhadores e a de não-trabalhadores (MARX, 1985, p.879).

A sociedade burguesa universaliza o trabalho social como união dos homens na produção material de sua existência. Universaliza a cooperação humana, como fundamento material de sua organização social, embora apropriada privadamente e, constitui-se em uma sociedade na qual os meios de produção só podem ser operados em comum. O paradoxo burguês expressa-se quando a produção se faz de forma social, e a apropriação processa-se privadamente de forma fetichizada, como salário, lucro/juro, renda da terra (MARX, 1974a, p.267-68).

Os elementos materiais engendrados na sociedade burguesa, primeiro como manufatura, depois como grande indústria moderna, objetivam a união dos homens, portanto são formas singulares de produção da existência humana, como ser social plenamente constituído, ainda que burguês, “são o nexo, a mediação e a relação de gerações após gerações que explicitam as condições de os homens produzirem sua existência para além das condições dadas” (AUED, 2005, p.30). Nelas é que se engendram os elementos da superação desta sociedade, nelas é que “a natureza humana está se universalizando, isto é, está se constituindo no princípio organizador da existência humana plenamente desenvolvida, independentemente dos desejos e vontades dos próprios homens” (AUED, 2005, p.32).

Assim é que o mundo burguês, para além da exploração, constitui-se como o espaço no qual o homem, ainda que contraditoriamente, é ser social, e vai “se fazendo consciência de que sua existência social é produto de sua própria atividade criativa” (AUED, 2004, p.7).

Portanto, o pressuposto material de uma nova sociedade, tem, necessariamente, como ponto de partida as condições dadas produzidas no e pelo modo de produção capitalista. O novo só pode nascer a partir do velho, porém em suas entranhas. O novo só pode emergir a partir do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social; sem esse nexo, a escassez e a miséria impediriam a sua constituição. Assim é que buscamos apreender nesses experimentos sociais os elementos que se constituem como processo da desalienação humana, da emancipação humana, ainda que contraditoriamente, visto que se fazem ainda sob o velho mundo burguês.

Em vista do elevado grau de concentração e centralização do capital (da composição orgânica do capital modificar-se constantemente sob o modo de produção capitalista, expulsando os homens do processo produtivo, produzindo a abundância de riqueza em escala nunca antes imaginada e a miséria para uma legião cada vez mais ampliada de homens) em que os elementos dessa totalidade burguesa se perpetuam negativamente para os homens (questão já assimilada como consciência pelos homens trabalhadores, pois se sabem empobrecidos, esgotados e degenerados), estes, ao se auto-criarem (nas condições legadas pelos seus antepassados) buscam condições materiais e soluções para se perpetuarem como homens vivos. Seu trabalho criativo, sua ação

presente, vai encontrando caminhos, mediações, nexos que o efetivam como ser vivente, ao mesmo tempo em que perpetuam as condições legadas pelas gerações passadas, e constroem outras que os diferenciam delas. Isto é, a perpetuação das condições dadas como capital efetivam o homem como ser degenerado e nesses experimentos sociais os produtores diretos buscam transformar, moldar, aquelas condições em elementos novos para se auto-criarem sem ser degenerativamente. Em nosso entendimento esse caminho em construção, para além das condições dadas, tem se explicitado, no Brasil, em experimentos sociais como os da economia solidária, do MST, e singularmente no estado de Santa Catarina no Fórum do Maciço do Morro da Cruz e na Agreco (GRADE, 2006), e os grupos de mulheres migrantes de Roraima (GRADE, et all. 2007).

Entendemos a solidariedade, sob a qual se organizam esses experimentos, como uma construção dos homens produtores diretos, em uma práxis histórica determinada, sob o modo de produção capitalista, portanto, em que, no próprio capital engendram-se elementos para superação de sua alienação (MARX, 1991, p. 507-09). Em outras palavras, como construção empírica dos homens trabalhadores, alienados no e pelo capital superando sua alienação. Deste modo, a solidariedade aparece como o nexo possível, ainda no capital, para além de suas próprias categorias: salário e lucro/juro, renda da terra.

Por um lado, a construção do homem humanizado (consciente) se expressa como solidariedade, negando o homem coisificado. Por outro lado, a construção, negação e superação das condições dadas no capital, pelos homens produtores diretos, adquire a forma de solidariedade, expressando-se como consciência. Neste aspecto, entendemos a solidariedade como espaço transitório na construção de uma nova forma de produção da vida, para além das categorias empíricas do capital (GRADE, 2006). A solidariedade vem constituída como uma práxis que emerge a partir das experimentações dos homens produtores diretos tecendo-se em homens humanizados, hoje, nesses experimentos sociais. De tal forma que a Economia Solidária, o MST, os movimentos ecológicos e agroecológicos, singularmente o Fórum do Maciço do Morro da Cruz, a Agreco no Estado de Santa Catarina e os grupos de mulheres em Roraima, são a experimentação de uma produção material e social efetivada pelos homens produtores diretos, sob o modo de produção capitalista, na medida em que a “estrutura vital da sociedade” socializou-se na forma de sociedades anônimas, cooperativas industriais, fundos de investimento, empresas estatais, fundos de pensões, etc. (GRADE, 2006). Assim, estes experimentos estão para além dessas formas de organização social por submeter ao “controle consciente e planejado” a produção da riqueza e portando dos próprios homens, do ser social, como obra de homens associados, ainda que subsumido ao mundo do capital em degeneração. Explicita-se neste nexo seu conteúdo transitório.

Estes experimentos são assim um processo em construção da superação da alienação humana. Marx (1994, p.88), explica que,

a estrutura do processo vital da sociedade, isto é, do processo da produção material, só pode desprender-se do seu véu nebuloso e místico, no dia em que for obra de homens livremente associados, submetida a seu controle consciente e planejado. Para isso, precisa a sociedade de uma base material ou de uma série de condições materiais de existência, que, por sua vez, só pode ser o resultado natural de um longo e penoso processo de desenvolvimento.

Frisamos assim, que estes experimentos não são uma busca ou uma possibilidade futura de um ideal a ser conquistado, mas trata-se de algo que se produz no próprio processo de produção, como ser social engendrado pelo capital, na materialidade dos homens hoje, explicitados como desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, sendo a manifestação contraditória das contradições próprias do modo de produção capitalista.

Portanto, a partir das condições vigentes, das forças produtivas já construídas na sociedade capitalista, incorporando-as como solidariedade, engendrando outra práxis humana, construindo-se em homens humanizados, é que a solidariedade tem sido a forma encontrada, hoje, no Brasil, pelos homens produtores diretos, para se efetivarem como homens viventes, ainda que contraditoriamente.

Isso nos permite pensar que o conceito *revolução* expande-se para além da fábrica capitalista, para além da categoria histórica *trabalhador assalariado*, espraia-se para todos os homens produtores diretos do campo e da cidade, permitindo apreender a sua dinâmica como uma dinâmica revolucionária, cujo conteúdo expressa-se na *solidariedade* como *práxis*. De tal forma que é nos experimentos sociais que vemos a *revolução* tomando forma, aparecendo na vida dos homens produtores diretos, processada cotidianamente em suas lutas, tornando-se consciência, já que esses homens sabem que não mais podem se reproduzir como capital e que se faz necessário construir outra forma que o supere: a forma possível tem sido expressa como solidariedade.

3 Experimentos sociais: indicação de caminhos

3.1 A Agreco

A Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (Agreco) tem como sede o município de Santa Rosa de Lima, no estado de Santa Catarina. À medida que se expande, a Associação agrega também *agricultores ecológicos* residentes nos municípios de Anitápolis, Gravatal, Rio Fortuna, São Bonifácio, São Martinho, Grão Pará, Orleans, Armazém, Alfredo Wagner, Rancho Queimado, Águas Mornas e Angelina, todos no mesmo estado. São 230 famílias e 27 pequenas agroindústrias especializadas na produção e beneficiamento da *produção agroecológica*, organizadas na Associação (AGRECO, 2002/2003).

Na busca da apreensão do que vem a se configurar como Agreco, o nosso primeiro passo foi a delimitação do seu território de atuação. Embora dispersa na Região das Encostas da Serra Geral e

do Vale do Braço do Norte, é no município sede (Santa Rosa de Lima) que se encontra o maior número de associados e é também nele que a história da Agreco tece seus primeiros fios.

Santa Rosa de Lima apresenta uma população atual em torno de 2.000 habitantes³. Destes, 80% reside ainda no campo, o que leva a caracterização do município como eminentemente rural (IBGE, 2001). Neste município há, sobretudo, o predomínio de minifúndios. Dos 303 estabelecimentos agrícolas, 210 possuem até 50 hectares, o que representa 69,31% do total, e 31% destes não atingem 20 hectares. De acordo com dados do Censo Agropecuário de 1995/1996, a maioria destes estabelecimentos são ocupados e explorados pelos proprietários, caracterizando uma agricultura do tipo familiar.

A principal atividade econômica está estritamente vinculada à agricultura, e caracteriza-se pelo que se especifica como sendo de “lavouras temporárias” como o milho, o fumo, a cana de açúcar, a mandioca, o feijão, a batata inglesa, a batata doce, a melancia, o arroz, a cebola, além de outros produtos para a subsistência. Cabe ressaltar em relação a esse setor agrícola, a importância que tem assumido, nos últimos anos, a produção orgânica de alimentos de origem vegetal e animal. É através dessa produção orgânica que se constitui a Agreco.

Esta região do estado de Santa Catarina recebeu imigrantes europeus a partir do século XIX, por volta do ano de 1829, chegaram os imigrantes alemães⁴. Possui um relevo predominantemente acidentado e entrecortado por diversos rios. Esses imigrantes, ao que parece, não eram largos proprietários de meios de produção e sim, provavelmente, ex-artesãos que já não encontravam formas de se reproduzir em seus espaços originários (CABRAL, 2004).

Não foram poucos os obstáculos encontrados pelos imigrantes para se estabelecer nessa área, desde as condições topográficas o relevo montanhoso e a existência da floresta, dificultavam a implantação de áreas agricultáveis; e havia ainda embates com os indígenas⁵ e inadimplências por parte do governo e companhias colonizadoras.

Ainda assim, estabelece-se ali, teimosamente, uma pequena produção familiar, única forma percebida como possível de manutenção da existência. A dinâmica, entretanto, a qual está subsumida essa produção, não é da lógica do trabalho individual camponês e sim, do trabalho social sob a dinâmica do capital em degeneração.

Essa pequena produção familiar utilizava métodos como o de “rotação de terras” ou “coivara”, primeiro a derrubada da floresta e a retirada da madeira, seguido, por queimadas, para então implantar lavouras, voltadas para a subsistência.. Vê-se que a aparência aqui se faz como a de

³ Disponível em www.sc.gov.br/portalturismo, acessado em julho de 2005.

⁴ PELUSO JÚNIOR (1980, p.141), explica que estas primeiras “(...) colônias de imigrantes alemães da área fronteira à Ilha de Santa Catarina foram, desde o início, centros emissores de correntes migratórias”.

⁵ Os primeiros colonos que aqui aportaram não tiveram grandes problemas com os grupos indígenas que já habitavam a região. Foram surgindo divergências com a expansão do processo de ocupação das terras. Os índios viram-se obrigados a recuar de seus territórios, aos poucos sendo exterminados ou através de “expedições oficiais” ou por bugreiros contratados pelos próprios colonos. Hoje poucos são os seus descendentes (DALL’ALBA, 1973; SCHMIDT, 2000).

um processo que tem como base o trabalho próprio, aos poucos essa forma se desvela e demonstra seus limites.

O trabalho que aparece como individual, próprio, está localizado “fora do tempo”, busca-se reconstruir um processo que já mostrou seus limites históricos. O trabalho do camponês e do artesão, formas clássicas do trabalho individual, principalmente na Europa, foi superado pelo trabalho coletivo, social, primeiro na sua forma manufatureira, depois na forma industrial moderna. Portanto, “por trás” desse aparente trabalho individual há nexos com a história universal dos homens e a produção de sua existência que precisam ser evidenciados. A sua própria condição de imigrantes atesta em si, uma busca por outras possibilidades de construção da vida, uma vez que seu trabalho próprio não mais permitia, ou permitia precariamente sua reprodução em solo europeu. A fase humana em que o homem adapta e transforma a natureza, usando sua habilidade e destreza, para satisfazer suas necessidades, é fase histórica já superada. Esse trabalho, aparentemente individual, próprio, que moveu e organizou os homens neste espaço, vem eivado de trabalho social. Esses homens são a expressão da relação social, capital, mais desenvolvida, que transforma os homens em duas classes sociais opostas, a dos proprietários dos meios de produção e a dos não-proprietários dos meios de produção. Os homens que aqui aportam e se estabelecem nessa região são os últimos, carregam, portanto, em si essa forma universal da existência humana, o capital em degeneração.

As dificuldades tinham duas faces – a dos índios e a dos colonos. Com muito suor surgiram as primeiras lavouras de subsistência, depois do esforço insano e irracional de derrubar a densa e virgem floresta na lâmina dos machados e na língua ardente de queimadas. (AGRECO, 2002/2003)

Lentamente, e sem auxílio do Governo, a colônia do Vale do Braço do Norte foi consolidando-se tendo que em duras lidas assegurar a sua própria autonomia para sobreviver, desde a alimentação, o vestuário, a habitação, as ferramentas e instrumentos para a implantação das lavouras. Foi crucial o conhecimento técnico e o nível de escolaridade trazidos da Europa, pelos imigrantes. Os alemães que se assentaram nessa região do Brasil trouxeram consigo idéias pertinentes ao processo da Revolução Industrial que já vinha ocorrendo na Europa (SCHMIDT, 2000; PIAZZA, 1986).

Embora sendo uma região geograficamente isolada, local de passagem, percebe-se nela, já com seus primeiros habitantes, a universalidade trazida da Europa Ocidental, apresentando-se como a forma de ser desses homens. Eram homens já desnecessários para a reprodução do capital na Europa que buscavam aqui reproduzirem-se. Despossuídos de meios de produção e capital insuficiente para estabelecerem-se aqui de outro modo, o fazem como pequenos produtores agrícolas.

Evidencia-se que esses homens se estabelecem nessas áreas, a partir de suas possibilidades reais, como não possuíam capital suficiente, construíram-se da forma como lhes foi possível, para manterem-se como homens viventes. Retiravam a floresta, implementaram lavouras e comercializaram pequenos excedentes. A terra fértil, aspecto objetivo da realização de seu próprio trabalho, possibilitou, nos moldes possíveis, a construção de sua existência ainda que precarizada. Denunciando, o ainda baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas ali vigentes.

O porco macau, raça de suíno rústico ou crioulo, de pelagem escura destinado à produção de banha e carne era o principal produto que possibilitava a extração de excedentes comercializáveis, maior fonte de renda desses pequenos proprietários rurais. Uma parcela da carne e da banha reservava-se para o consumo de subsistência e o restante destinava-se à venda. A organização da produção nas propriedades girava em torno da criação e engorda desses porcos, seu sistema caracterizava-se pelos animais permanecerem soltos a maior parte do tempo. Na fase de engorda eram conduzidos aos chiqueiros onde permaneciam até o abate. Sua alimentação básica consistia em uma espécie de cozido de batata doce, mandioca, milho e abóbora. Esses porcos eram considerados “ouro branco”, tamanha sua valorização à época (MULLER, 2001, p.65-68; CABRAL, 2004, p.80-81).

A lógica, portanto, da organização dessa pequena produção familiar, com restritos meios de produção, dá-se a partir da concentração da produção no porco macau, que lhe permite reproduzir-se. Se o agricultor não produzir, nesse momento, o porco macau, retirar dele a banha, a carne, a pele, etc., ele não subsistirá como pequeno produtor agrícola. Tem ele, portanto, de entrar na dinâmica capitalista para se reproduzir, embora acredite que não seja isso que ocorra em sua vida, ilude-se, crendo que se reproduz como camponês. O que se impõe é a forma de ser do capital e que dita a forma de organização produtiva possível àquela época, naquele espaço. Assim observamos as formas do capital afirmando-se nesses homens.

Assim, a pequena propriedade com seus poucos meios de produção, subsumida à lógica capitalista, tece sua história, quase heróica, determinada a manter-se em vida. Muller (2001); Cabral (2004) e Schmidt (2000) verificam que apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas para a fixação dessa pequena produção agrícola, baseada na pequena propriedade rural, a subsistência e a reprodução social de seus membros foi garantida.

Entretanto, esse ciclo entra em crise a partir dos anos de 1960 e passa a ser marcado por instabilidade e estagnação. O mercado e o preço do porco macau diminuem, acompanhados pelo esgotamento dos solos e pela introdução do chamado “porco branco tipo carne”⁶, por meio,

⁶ Muller (2001, p.74-5) acresce que “a substituição do porco “macau” pelo “branco” não representava, para estes agricultores, simplesmente uma mudança no aspecto técnico-genético, ou seja, de troca de uma “raça” por outra ou mesmo a necessidade de investir, em termos econômicos, na construção de novas instalações para abrigar os animais. Tratava-se também de profundas mudanças em sua forma “tradicional” de conduzir o sistema de criação dos porcos, em torno do qual estava organizada toda a unidade de produção familiar. O porco “branco”, como era destinado essencialmente à produção de carne, trouxe consigo a necessidade de se alterar a dieta alimentar básica, ou seja, de substituir o trato “úmido”, a

principalmente, dos processos de integração agroindustrial dos suínos. Nessa década também se acentuam os processos migratórios entre o rural-rural em direção ao Alto Vale do Itajaí em Santa Catarina, posteriormente para o sul e oeste do Paraná (MULLER, 2001; CABRAL, 2004; SCHMIDT, 2000).

Essa crise é vista pelo fato de que a partir da década de 1960 o Brasil intensificou o processo de *modernização agrícola*⁷. A soja foi uma das principais culturas a receber incentivos estatais, bem como a produção de seus derivados (farelo, óleo vegetal, margarina) por meio das indústrias de processamento⁸ (MULLER, 2001, p.71-72). Essa revolução agrícola desencadeada no país inteiro expõe o limite do grau de desenvolvimento da pequena produção agrícola no município de Santa Rosa de Lima dificulta e precariza ainda mais a produção da existência desses homens. As terras esgotam, o seu principal produto, o porco macau é substituído pela introdução de novas matrizes suínas, a banha torna-se uma desnecessidade, em decorrência da produção de óleo vegetal e da margarina. A pequena agricultura familiar então se vê sem alternativas. Qual caminho tomar?

A partir dessa crise a possibilidade que se apresenta vem sob a forma de integração produtiva de fumecultoras, por meio da Companhia de fumo Souza Cruz, para uma nova luta desses homens produtores diretos.

A política de modernização implementada pelas agroindústrias apareceu aos colonos como a alternativa à crise do porco macau. Paulilo (1990) explica que a integração agroindustrial do fumo foi introduzida na região sul do estado ainda na década de 1950, através da empresa Souza Cruz. O cultivo de fumo, explicam Cabral (2004) e Muller (2001), foi introduzido em forma de “pacote”, a empresa fornecia o crédito, as sementes, todos os insumos necessários à produção e também a assistência técnica através de instrutores ou orientadores. Esse processo foi caracterizado como uma “modernização parcial”⁹.

A “agricultura tradicional” precisava modernizar-se para prosseguir subsistindo e existindo como agente social importante em uma sociedade capitalista, embora mantendo seu caráter familiar da organização da propriedade e da execução do trabalho.

As propriedades rurais passam a ser reorganizadas em torno da lógica da produção de fumo. As melhores áreas das propriedades, as áreas planas, passam agora a receber o fumo, em vista de ser a principal fonte de renda dos agricultores, tal qual o foi o porco macau. Entretanto, a nova forma

lavagem - produzida no interior das propriedades -, pelo trato “seco”, milho e ração, esta última trazida de “fora”. (...) O costume de criar os animais soltos não mais era possível, dando lugar às instalações fechadas (...) [e obrigando a] reorganização das lavouras, uma vez que a mandioca, a batata-doce e a abóbora não mais eram considerados a base da dieta dos animais”. Assim, prossegue Muller (idem), “a integração agroindustrial não foi um elemento direto na promoção da “modernização” agrícola de Santa Rosa de Lima, já que a grande maioria dos agricultores não optou por esta atividade. No entanto, pode ser considerada o principal fator desencadeador da crise que obrigou os agricultores a buscar outras alternativas econômicas e, desta forma, levando ao processo de transição desta agricultura tradicional em direção a sua “modernização”, principalmente através da cultura do fumo”.

⁷ Conferir: SILVA (1982).

⁸ Conferir em HASSE (1996), o cultivo da soja era praticado de longa data por pequenos agricultores, geralmente em consórcio com o milho e destinada à alimentação dos porcos.

⁹ A idéia de que são camponeses os produtores familiares marcados por uma inserção parcial em mercados incompletos vem de ELLIS (1988) e FRIEDMANN (1978).

de produção trouxe mudanças significativas na base técnico-produtiva, alterando a organização e a dinâmica da produção familiar, antes a forma de cultivo fazia-se através do sistema de “coivara”, a base do “fogo e da enxada”, agora esse processo sofre modificações que vão desde a forma de cultivar a terra a sua fertilização, e a própria organização familiar. A alteração central deu-se em relação ao trabalho, uma vez que o fumo é uma das culturas que mais o demandam. Como a implementação de assalariamento não era uma prática comum entre esses produtores diretos e por entenderem que o seu uso poderia inviabilizar a atividade, preferindo, em caso de necessidades, trocar dias de trabalho entre os vizinhos¹⁰. Dessa forma, o cultivo de fumo passou a exigir uma maior proporção de trabalho de todos os membros da família, principalmente no momento da colheita, requisitando, inclusive, o trabalho de crianças e idosos (MULLER, 2001; LUZZI, 2001).

Marx (1994, p.437, l.1, vol. I,) explica como as modificações em um setor produtivo propaga-se aos demais, e como alteram o processo produtivo social, embora seus argumentos referem-se à produção industrial é possível associá-la ao setor agrícola, vez que modificando-se o setor industrial este setor específico também será atingido. Escreve ele (idem),

A revolução no modo de produção de um ramo industrial acaba se propagando a outros. É o que se verifica principalmente nos ramos industriais que constituem fases de um processo global, embora estejam isolados entre si pela divisão social do trabalho, de modo que cada um produz uma mercadoria independente. Assim, a mecanização da fição torna necessária a mecanização da tecelagem e ambas ocasionam a revolução química e mecânica no branqueamento, na estampagem e na tinturaria. A revolução na fição do algodão provocou a invenção da descaroçadora de algodão, com que se tornava possível a produção de algodão na enorme escala exigida. A revolução no modo de produção da indústria e da agricultura tornou sobretudo necessária uma revolução nas condições gerais do processo social de produção, isto é, nos meios de comunicação e de transporte.

Os homens produtores diretos do campo, em Santa Rosa de Lima, sentem os impactos desses processos em seus experimentos cotidianos e são obrigados a modificarem suas condições de produção. Do porco macau passam à forma integrada de produção, vinculando-se diretamente à dinâmica do capital.

Hoje, embora o fumo continue sendo cultivado por alguns agricultores, perdeu lugar de principal fonte de renda das famílias. A partir do início dos anos 1990, a produção de fumo entra em declínio. Paulilo (1990) explica que esta crise estaria inserida no bojo das restrições gerais ao crédito agrícola que o país estaria sofrendo com seus reflexos no setor fumageiro. Menasche (1996) explica que desde 1997 o caráter subsidiário do crédito agrícola começou a ser questionado. E em 1983 inicia-se um processo de redução dos subsídios à agricultura.

Desencadeia-se uma nova crise na vida desses pequenos produtores rurais, que novamente vêem-se lançados à busca de outras formas de produção que garantam sua reprodução social e sua manutenção enquanto tais. Inicia-se também a produção de carvão em muitas propriedades.

¹⁰ Segundo Woortmann (1990), esta reciprocidade, faz parte da realização do “princípio moral do trabalho”, baseada em uma “ética camponesa”.

A busca de um novo caminho ocorre, nesse primeiro momento, no interior da própria propriedade, sob a forma de carvão vegetal. A produção de carvão vegetal surge com maior intensidade, no município de Santa Rosa de Lima em meados da década de 1980, conforme apontam as pesquisas de Muller (2001) e Cabral (2004). Intensifica-se no ano de 1985, com a instalação da empresa Carvoeira Cecrisa no município de Criciúma, ao Sul do Estado de Santa Catarina, que além de explorar diretamente áreas vegetadas, adquiria, também, a produção de carvão dos agricultores. Esse processo intensifica a depredação das matas originárias, já acentuada em decorrência do uso de lenha para a secagem do fumo.

Outra atividade produtiva, advinda também a partir da reorganização espacial das pequenas propriedades, adquire a forma de leite, que recebe um maior incremento com a crise do fumo, inicialmente transformado em queijo, depois vendido *in natura* para um pequeno laticínio que havia se instalado no município. Muller (2001, p. 123) explica que a “atividade leiteira foi a opção econômica que primeiramente os agricultores encontraram em substituição à cultura do fumo. Inicialmente, o produto ainda era transformado em queijo e vendido aos atravessadores”.

A cada crise acentuava-se o abandono do meio rural, contribuindo para a intensificação da emigração rural-urbano, principalmente, em direção aos municípios da Grande Florianópolis e do sul do estado. (SCHMIDT el ali, 2003 e LUZZI, 2001, p.36-37).

Percebe-se neste processo como esses produtores diretos tornam-se prescindíveis como força produtiva ao capital, tal qual o foram seus antecessores ainda em solo europeu. Entretanto a possibilidade de imigração, hoje, apresenta seu limite histórico. Marx (L.1, vol.II 1985, p.745) esclarece como a produção agrícola no modo de produção capitalista, está subsumida à dinâmica do capital e torna os homens produtores diretos desnecessários.

Quando a produção capitalista se apodera da agricultura ou nela vai penetrando, diminui, à medida que se acumula o capital que nela funciona, a procura absoluta da população trabalhadora rural. Dá-se uma repulsão de trabalhadores que não é contrabalançada por maior atração, como ocorre na indústria não-agrícola. Por isso, parte da população rural encontra-se sempre na iminência de transferir-se para as fileiras do proletariado urbano ou da manufatura e na espreita de circunstâncias favoráveis a essa transferência. (MARX, L.1, vol. II 1985, p.745)

Essas atividades produtivas, embora fossem garantindo a reprodução dos homens produtores diretos que ali permaneceram, entretanto encontravam-se muitas dificuldades à medida que o processo de socialização do capital se impunha. É nesse contexto que a idéia de criação da Agreco toma forma.

Em meio a crise e as dificuldades para a sua reprodução, os pequenos produtores rurais passam a buscar outras alternativas. Toma corpo e forma-se no ano de 1996, um processo de “ecologização da agricultura”, funda-se a Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral, a Agreco.

Ressaltamos que na década de 1970¹¹, o meio ambiente emerge como uma questão nova, ligada principalmente a agricultura, ancorada na chamada *revolução verde*¹². Após a *modernização conservadora* agrícola passam a ocorrer manifestações de contestação àquele padrão de desenvolvimento. Assim, explica Brandenburg (2005), iniciam-se os movimentos ecológicos em favor de uma “agricultura alternativa” à convencional.

É com a realização da ECO-92¹³ no Rio de Janeiro que a questão ambiental na agricultura recebe novos contornos. A ECO-92, explica Brandenburg (2005, p. 54), representa não apenas um fórum organizado sob a liderança das Nações Unidas, mas um momento histórico no qual “várias matrizes do movimento ambientalista brasileiro se expressam”. A partir do conceito de *ecodesenvolvimento* nasce a idéia de um *desenvolvimento sustentável*. Assim o meio ambiente passa a ser incorporado nas políticas públicas e, no final do século XX início desse novo milênio, passa a ocorrer uma demanda crescente por alimentos orgânicos, livres de agrotóxicos.

É neste bojo das discussões referentes a uma *agricultura alternativa*¹⁴ e da emergência de preocupações vinculadas à degradação ambiental que se situa a Agreco, aparecendo, assim, como uma das formas mais avançadas de organização da produção da existência dos homens produtores diretos. A Agreco como singularidade expressa a universalidade do limite do capital: destruição do homem produtor direto, e também da natureza, embora correndo o risco de redundância, pois o homem é também natureza.

Cabe lembrar, ainda, que em torno do início da década de 1980, surge no cenário nacional alguns outros movimentos sociais que se originam no campo, é o caso do Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; Movimentos das Mulheres Agricultoras – MMA; Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, reivindicando que o país faça seu processo de

¹¹ Mais informações em Pádua (1987). O autor afirma que anterior à década de 1970 não há manifestações de cunho ecológico que questionem o padrão ecológico de desenvolvimento industrial no Brasil.

¹² “Revolução Verde”: refere-se à invenção e disseminação de novas sementes e práticas agrícolas que permitiram um vasto aumento na produção agrícola em países menos desenvolvidos durante as décadas de 60 e 70. O modelo se baseia na intensiva utilização de sementes melhoradas (particularmente sementes híbridas) insumos industriais (fertilizantes e agrotóxicos) mecanização e diminuição do custo do manejo.

¹³ ECO-92: a cidade do Rio de Janeiro foi a sede da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUCED), realizada de 3 a 14 de junho de 1992. A reunião ficou conhecida como Rio-92, e a ela compareceram delegações nacionais de 175 países.

¹⁴ Estudos que tratam das consequências do uso das práticas agrícolas modernas podem ser encontradas em: ROMEIRO e ABRANTES (1981). Onde analisam o impacto das tecnologias agrícolas na realidade brasileira. E também em: GRAZIANO NETO (1982). Que realiza uma crítica da modernização da agricultura. Outras questões vinculadas à temática da “agricultura alternativa” que emergem na década de 1980 são analisadas por diversos autores como: ABRAMOVAY (1985) discute a possibilidade de um “outro caminho” para a agricultura que não a industrial. SILVA (1987) analisa esse movimento da ecologização da agricultura como um “retrocesso histórico no avanço das forças produtivas”. ALMEIDA e NAVARRO (1997) sob o tema “desenvolvimento rural sustentável” organizam uma coletânea de textos referente a temática do “desenvolvimento rural sustentável”. E ainda abordagens referentes a esse conceito podem ser encontradas em GOMEZ (1997), CANUTO (1998), BRANDENBURG (1998) e RUSCHEINSKY (2004). Também estudos relacionados ao desenvolvimento sócio-ambiental agrário surgem após a divulgação do “Relatório Brundtland” e a ECO-92 realizada no Rio de Janeiro. As abordagens referentes ao eco-desenvolvimento podem ser encontradas em: ROMEIRO e ABRANTES (1992). Recentemente, também o estudo sobre o mundo rural tem ressurgido na literatura sob o tema das “ruralidades”. Sobre essa temática consultar: WANDERLEY (2000). Análises e discussões sobre a questão ambiental na agricultura, contextualizando-a diante da globalização são postos por duas correntes: a primeira aponta para o desaparecimento de um rural agrícola diante de contínuos processos de industrialização e urbanização. Sobre ela ver: SCHNEIDER (1999) que vê o rural como espaço de múltiplas atividades, não privilegiando somente a agricultura. Outros autores como: GOODMAN e WILKINSON (1990), SILVA (1996) defendem que a agricultura caminha para um processo de industrialização. A terra nesta abordagem perde importância como fator produtivo à medida que se passa à produzir em espaços construídos como em estufas; granjas de aves, etc. Nesse sentido a tecnologia assume um papel importante. A segunda aponta para uma reconstrução da “ruralidade”, entende a vida rural articulada com valores urbanos; embora haja um esvaziamento da população rural, ocorre também uma reconstrução do meio rural mediante categorias sociais que permanecem no campo e são valorizadas por políticas públicas. Considera-se que, nos chamados pequenos centros urbanos, atividades como as de serviços, agroindústria, turismo, ainda têm seus vínculos com a agricultura. Referente à temática ver: WANDERLEY (2000). E o mundo rural reconstruído através de diversas atividades articuladas com diferentes tipos de saberes, que combinados permitem aos agricultores construir relações com a natureza e fazer uso de recursos naturais e não necessariamente recursos industrializados, consultar: BRANDENBURG (1999).

Reforma Agrária¹⁵. Aparecendo, portanto, lutas coletivas que aglutinam os pequenos proprietários agrícolas no espaço rural e outras formas de lutas aglutinadoras dos trabalhadores no espaço urbano. Constrói-se, assim, a consciência dos limites da produção e reprodução da vida como trabalhador rural. A reprodução da vida enquanto capital, pelos homens não proprietários dos meios de produção ou proprietários de meios de produção insuficientes, apresenta-se como possibilidade esgotada, agora como processo consciente são trilhados novos caminhos que aparecem como caminhos coletivos.

3.2 Organização das mulheres migrantes de Roraima

Roraima é o estado mais setentrional do país, cortado pela linha do Equador e encravado entre dois países, Venezuela e Guiana. Constituiu-se como Território Federal de Roraima em 13 de setembro de 1962, e em 5 de outubro de 1988, com a promulgação da nova Constituição Federal, o Território foi transformado em estado da Federação. Com uma extensão de 224.298,98 km², possui uma população de 324.152 ha, organizados em 15 municípios em todo o estado. A maior parcela dessa população, em torno de 80%, reside na capital, Boa Vista. A produção está ligada a agricultura e a pecuária, principalmente de subsistência. O estado é responsável por apenas 0,11% do PIB nacional. Nele inexistem indústrias, o estado é o agente articulador de sua dinâmica econômica. Sua população indígena soma 46.106 ha, entre as tribos que ali vivem estão os povos Ingariçó, Macuxi, Patamona, Taurpang, Waimiri-Atroari, Wai-wai, Wapixana (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Roraima>).

Mais de 70% da população do estado é de migrantes, provenientes, principalmente das regiões nordeste e norte do Brasil. Essa população indígena e migrante nordestina, empobrecidos pelas condições do desenvolvimento histórico a que foram submetidas, tanto o extermínio da população indígena nacional e quanto a migração dos pobres do nordeste em busca de outras alternativas, não encontra espaço para subsistir dentro das categorias burguesas de produção em suas especificidades locais. Nesse contexto surgem espaços de sociabilidades contraditórios buscando novas alternativas para a reprodução da existência.

Nos anos de 2006 e 2007, atuando como professores da UFRR, efetuamos uma pesquisa, buscando evidenciar organizações coletivas no espaço urbano da cidade de Boa Vista, capital do estado. Diversas foram as organizações sociais encontradas, a maioria delas formadas por mulheres migrantes e indígenas empobrecidas com uma faixa etária que varia de 30 a 60 anos. Explicitam no seu corpo as expressões da desnecessidade de trabalhadores no processo de produção da riqueza social, sob as mediações do capital, e encontram em sua própria auto-organização coletiva a forma para sua reprodução.

¹⁵ Informações mais aprofundadas sobre esses fatos, principalmente sobre o MST ver: Grade (1999).

Esses grupos atuam em diversas atividades como a confecção de roupas íntimas, de uniformes escolares, panos de prato, bordados, crochê, tricô, confecção de almofadas, de bichinhos de pelúcia, bijouterias com sementes, artesanatos em geral, fabricação de produtos de limpeza, entre outros. Todos esses trabalhos vinculam-se à suas habilidades manuais. Tornam explícitos os limites, a quase impossibilidade, da (re)produção social e humana pelas relações do capital, indicando um período de transição para outra forma de produção da existência humana, não mais mediada pelo capital. O que tem uma aparência de atraso, de retorno a formas pretéritas de produção da existência humana, é expressão paradoxal do moderno, do desenvolvido, isto é, são os regurgitados da possibilidade de reprodução pela relação trabalho-salário.

Entre os diversos grupos pesquisados selecionamos o Centro de Produção comunitário Santa Tereza, Grupo de Mulheres São João Batista, O grupo de mulheres do bairro Caumé, O Grupo Aliança, e O Grupo Feras do Amazonas:

a) *Centro de Produção Comunitária Santa Tereza* iniciou seus trabalhos na confecção de roupas no ano de 1995 com algumas máquinas de costura, um ferro a vapor e uma mesa de corte. No início eram 30 mulheres, todas migrantes, a maioria de estado do Maranhão.

Hoje, no grupo, subsistem quinze mulheres. Destacam sempre que no grupo “nunca houve brigas, desentendimentos ou conflitos em vista de partição de trabalho e renda”. Ressaltam que quando um dos componentes tem alguma dificuldade familiar ou não pode participar do trabalho, dele não é descontado nenhum valor. Os depoimentos indicam que os membros congregam o grupo num espírito de mútua confiança garantindo os laços de unidade necessários para a realização do trabalho. Isso é observado na fala de alguns dos componentes: “Sem confiança e sem amizade não dá pra trabalhar”; “A gente vem empolgada pro trabalho porque sabe que aqui vai encontrar uma verdadeira família”; “Quando uma não encontra a outra já dá saudade”; “E olha que cada uma é de um canto do Brasil, cada uma tem a sua história”.

b) *Grupo de Mulheres São João Batista* trabalham coletivamente desde o ano de 2000, com a participação de dezoito mulheres. Seu produto: fabricação de sabão artesanal. A decisão por essa produção deu-se em vista de que algumas mulheres participantes do grupo já dominavam a técnica de fabricação desse produto.

O processo de produção do sabão não requer a utilização da força de trabalho de todas as integrantes, nem dedicação integral. Para o fabrico de aproximadamente 1.000 peças/mês, necessita-se do trabalho de poucas mulheres. Assim, a produção do sabão é feita duas a três vezes por semana e o restante do tempo é dedicado à produção de bijouterias de sementes, a confecção de peças de crochê e tricô, e ainda a venda de doces e biscoitos caseiros.

A venda do sabão é feita pelas próprias mulheres de porta em porta. As sobras são divididas entre todas, tenham ou não trabalhado para tal. Os equipamentos como tacho, fogão, formas, etc.,

necessário para a fabricação do sabão, foram emprestados pela comunidade, ou seja, o grupo não conta com os elementos fundamentais ao processo de produção. Não há uma máquina para o fabrico do sabão, este é feito artesanalmente, em um tacho, a frio, onde misturam os produtos. A embalagem também é feita manualmente; isto é, não há uma embalagem apropriada, colocam-se as peças de sabão em qualquer papel ou saco pequeno.

O grupo atua coletivamente dividindo trabalho e renda. Todas têm no grupo sua principal atividade e através dele buscam se reproduzir socialmente. Elas dividem as atividades e seus saberes, as que sabem mais a cerca de uma atividade ensina as demais.

Organizaram-se desta forma por perceberem que outro espaço de trabalho não exista. “Aqui no bairro a gente viu muitas famílias passando fome e passamos a nos ajudar, todas nós e nossas filhas também estão trabalhando assim, mais para permanecer tem de ter mais renda, mais trabalho, a gente sabe que é um caminho, mas pra nós é difícil encaminhar a comprar a matéria-prima, muitas mulheres não sabem fazer as coisas direito, mas a gente vai indo, não desistimos. Não temos outro trabalho”.

c) *O grupo de mulheres do bairro Cauamé* iniciou suas atividades em 2005 através da organização comunitária da Igreja Católica Nossa Senhora Auxiliadora, com o apoio da Pastoral Indigenista de Boa Vista - APIC, que forneceu cursos de capacitação em corte e costura. Eram vinte e oito mulheres inicialmente, a principal motivação era encontrar uma forma de geração de trabalho e renda para si e suas famílias. No entanto, no transcorrer do tempo e dadas as características do trabalho, este não possibilitou o retorno financeiro da forma esperada e na rapidez desejada, e sendo essa uma das necessidades mais relevantes da maioria das participantes, grande parte do grupo foi se desestimulando e desistindo do trabalho. Os comentários do Grupo com relação à saída das mulheres foram: “acharam que ia entrar dinheiro rápido, e só lentamente o comércio vai dando dinheiro, precisa persistir. Mas também é muito complicado trabalhar sem dinheiro”. “Quem tem fome não espera, e aqui a maioria das mulheres tem os filhos que precisa dar de comer”.

Por ocasião das festas juninas de 2006 o grupo recebeu pedidos para confecção de roupas das quadrilhas, trabalharam das 08:00 da manhã até em torno das 22:00 horas para dar conta dos trabalhos. Explicam que com relação a quantidade de trabalho ninguém reclamou: “a gente se animou muito com esse trabalho, seria muito bom se fosse sempre assim”; “deu uma correria danada, trabalhava direto, mas todas ajudaram aí ficou pronto rapidinho”.

Com relação ao trabalho em grupo expressavam-se: “tenho muita vontade de trabalhar em grupo, sozinha demora muito pra fazer”; “junto é mais rápido. Se fosse uma pessoa só, demorava uma semana para fazer o vestido. Uma sozinha não fazia e nós fizemos onze vestidos em uma

semana, trabalhamos rápido”; “depois foi mais uma semana para fazer os enfeites com o TNT”; “ficou tudo tão bonito, dava gosto de ver a quadrilha”; “E depois tem essas máquinas velhas, a gente fez milagre com essas máquinas”; “É, as máquinas cansam, coitadas e quebram e então bagunça tudo”; “A gente ficava até dez horas da noite, mas terminamos, propomos e conseguimos entregar no prazo”.

E mais: “Eu queria que fosse todos os dias assim, cheio de trabalho, uma correria, dá até gosto de vir pra cá e encontrar todo mundo, pano no chão. Era legal”; “Depois que acabamos ficamos com saudades da correria e de estar juntas assim, eu sonho com um grupo bem organizado”.

Com relação ao processo de aprendizado explicam: “Eu fazia e errava e desmanchava e fazia tudo de novo, aprendi assim. Se não estivesse disposta a aprender eu estaria ainda sem trabalho, a gente não encontra trabalho”. “Eu não sabia fazer nada, eu aprendi, surgiram uns cursos eu fiz, de tecidos, de barbante, de costura, fiz tanto curso. O que estou botando em prática é o bordado, o crochê, o barbante. Agora eu é que faço tudo”.

Com relação a projetos futuros expressam-se: “sonho tão alto, ah! eu sonho...”; “Quero ainda ver esse grupo crescer, melhorar, ter um local próprio para o trabalho, colocar uma lojinha nossa”; “a gente fica pensando, sonhando”; “somos todas desempregadas, e queremos construir nossas vidas com dignidade”; “gostaria de estar fazendo roupas de criança e de bebê, vejo que aqui não tem quem faz”; “quem sabe agora com a universidade ajudando a gente não realiza um pouco os sonhos”; “temos que acreditar e a gente acredita”.

d) *O Grupo Aliança*, surgiu a partir de duas mulheres que perceberam que “a cidade não oferecia trabalho” a elas, resolveram mobilizar pessoas que tinham a mesma condição e vontade de se organizar em grupo para esse fim. Conforme foram se organizando a preocupação do grupo avançou para os aspectos sociais de toda a comunidade e do próprio município. O objetivo para além do trabalho é poder intervir na cidade contribuindo e possibilitando espaços para outras organizações e grupos coletivos, promovendo a ampliação do conhecimento, o aumento da auto-estima e da apreensão de cidadania, lutando pela comunidade, buscando a qualidade de vida para todos. O grupo se auto-define como “grupo social”, o que demonstra clareza na autocompreensão de si.

No segundo semestre do ano de 2001, vinte mulheres se reuniram iniciando um processo de conhecimento e de aproximação entre si. Interagindo com a ajuda de outros grupos voluntários realizaram um curso de treinamento em crochê e ponto cruz. No ano de 2002, o grupo realizou outros tipos de cursos em parceria com entidades sociais locais, como a Igreja Católica. As

mulheres que participam desse processo se colocam como desempregadas e com dificuldade para conseguir um trabalho formal, para além do trabalho como empregadas domésticas.

Diante dessa realidade e a partir da capacitação, no ano 2003, surgiu a necessidade de definir no grupo qual seria o processo produtivo que lhes permitiria a geração de renda para auxiliar no orçamento doméstico de cada membro. Após várias reuniões e debates entre as participantes se decide que a atividade do grupo seria na área de costura, especificamente na confecção de roupas infantis. Essa decisão esteve norteadas pelas especificidades do grupo, principalmente nas habilidades de algumas mulheres em operar máquina de costura e outras no domínio do processo de corte. Para começar com a produção, o grupo organizou bingos no bairro como uma forma de financiar a primeira produção, conseguindo disponibilizar um mínimo de condições financeiras para o começo do processo de produção.

A partir de então o grupo sentiu a necessidade de ter um espaço físico próprio que servisse para sua produção como também um lugar de reunião e de encontros, principalmente porque acreditam que a solidariedade, tanto entre seus membros quanto entre a vizinhança, é questão fundamental. Motivadas por essa necessidade, foi lhes cedido um terreno pelo governo estadual, no qual pretendem construir uma casa para a atuação do grupo.

Todas buscam superar suas dificuldades financeiras apostando em um trabalho coletivo, confeccionando calcinhas, calções e cuecas infantis, como também procuram se construir enquanto cidadãs ativas e capazes de desenvolver no grupo social a autonomia que lhes permita a sua reprodução social.

Segundo os membros do grupo, a renda que se produz “não dá para viver”, porém é uma ajuda no orçamento familiar. Todas crêem na sua ampliação e possibilidade de construir um “verdadeiro grupo solidário”, onde todas trabalham e ganham o suficiente para se construírem enquanto seres viventes.

Todas as famílias são originárias de outros estados e no grupo encontram o espaço familiar ampliado que lhes falta, comentam: “No grupo a gente não se sente só”; “a gente sonha em não precisar mais trabalhar como doméstica, porque como doméstica a gente trabalha muito e ganha muito pouco e não tem nenhum futuro, aqui pagam R\$ 10,00 a 15,00 a diária”; “aqui com todas essas mulheres a gente ri, brinca e trabalha, levanta nossa auto-estima, como se diz”; “nós também nos preocupamos com o que o resto da sociedade precisa, por isso participamos também do Fórum de Economia Solidária e da Igreja”.

e) *O Grupo Feras do Amazonas* é um grupo que tem como atividade econômica principal o artesanato e a dança. Trabalham na confecção de fantasias para as apresentações de dança do próprio grupo e para as escolas de samba do município, além de confecção de colares, brincos, cocaís e outros. No campo da dança fazem apresentações de axé, *country*, boi-bumbá, forró, *reggae*,

salsa, merengue e danças regionais. O grupo se encontra formalizado na categoria de associação e foi fundado em 12 de maio de 1997. A dança dos bois é típica da região amazônica, originária da Ilha de Parintins (AM).

O grupo é composto, em sua maioria, por jovens dançarinos, com faixa etária de 16 a 27 anos, solteiros, moradores do bairro Buritis e bairros vizinhos, com nível de escolaridade que vai até o ensino fundamental.

Reúnem-se regularmente para realizar ensaios e acreditam que é através da dança e da cultura que se consegue firmar laços de identidade comunitária. Os ensaios ocorrem em um espaço do terreno de um dos membros sob céu aberto e chão batido, em tempos de chuvas abrigam-se em um reduzido espaço na sala de uma casa, afastam os móveis e ensaiam os passos da coreografia. A produção artística conta com a contribuição de todos. Para a confecção das roupas são empregados materiais reciclados: fabricam penas artificiais a partir da fibra do buriti, utilizam garrafas plásticas, papéis, tecidos tipo TNT. Essas roupas buscam conservar as características da região e da festa amazônica do “Boi Bumbá”, portanto, representam-se as personagens de “Cunhã-Poranga” (índia mais bela da tribo), “Sinhazinha” (filha do fazendeiro), o “Boi Garantido” e o “Boi Caprichoso”, fazendo uma encenação da tradição de Parintins, incorporando alguns elementos locais.

4 Considerações finais

Os experimentos acima descritos vão buscando nexos, caminhos que lhes permitam se reproduzir a partir das condições que encontram à sua disposição. Constroem uma crítica material à mediação burguesa da existência humana, lutam por um fazer diferente cujos resultados não sabem quais serão, explicitam-se como singularidade da universalidade degenerativa do capital em seu atual estágio de desenvolvimento. A consciência move-se entre a necessidade de sobrevivência e a possibilidade de superação da condição de exclusão. Porém a consciência como expressão desses fenômenos sociais exprime a negação de uma condição não mais possível, e a possibilidade de caminhos ainda a serem trilhados, envoltos nas contradições sociais.

Nos espaços da Agreco e das mulheres migrantes, revelam-se semelhanças em termos organizativos e de consciência e anunciam na singularidade expressões da universalidade. Ambos espaços geograficamente afastados dos grandes centros, movidos pela dinâmica do avesso do capital.

A sua reprodução explicita que, para além de sua vontade, essa questão passa a ser uma questão de toda a sociedade. Destrói-se a natureza para reconstruí-la, como possibilidade, através da produção orgânica, no campo. Na cidade grupos se organizam coletivamente para manterem-se, ainda que degenerativamente. Esse processo tem permitido a tomada de consciência de sua real condição, pouco lhes resta, a não ser a própria vida. Encontram na solidariedade a práxis social

como forma que tem lhes permitido manterem-se em existência. Novas possibilidades emergem daí, ainda não sabemos quais serão, processa-se dessa forma, a transição, no espaço atual das relações sociais burguesas e abre-se a possibilidade de construir-se, enquanto sociedade, a universalidade humana tendo como práxis social a vida, o *verdadeiro sol*.

Entretanto, a condição de que “a vida de cada um passe a ser questão de todos e que a vida de todos dependa da práxis de cada um” (AUED, 2005, p.39) ainda não se processou como universalidade, ou seja, o problema dos produtores diretos da Agreco e das mulheres migrantes, ainda é visto como questão da singularidade desses espaços, e não de toda a sociedade. Ainda que sejam manifestações singulares da degeneração do capital, a consciência dessas condições reais vem tomando corpo, passam de um experimento a outro, de um produto a outro e o que fazem é se manterem na condição de miseráveis, os sobrantes de nosso tempo. Entretanto, essas contradições delineam-se na percepção de uma consciência que está em movimento de superação (*aufheben*) das condições dadas, indicando as possibilidades da *revolução*, processando-se na materialidade de nosso tempo.

Referências

- ABRAMOVAY, R. Progresso técnico: a indústria é o caminho? In: *Cadernos de Difusão de Tecnologia*. Brasília: Embrapa, V.4.n.2, p. 233-245, 1985.
- AGRECO. *Encostas da Serra Geral: um projeto de vida*. Santa Rosa de Lima, 2002/2003.
- ALMEIDA, J. e NAVARRO, Z. *Reconstruindo a agricultura*. Porto Alegre: UFRGS, 1997.
- AUED, Idaleto Malvezzi. Marxismo e geografia. In: ALBA, R. S. et alii. *O ensino da Geografia no novo milênio*. Chapecó: Argos, 2002. pp.13-58.
- _____. *Alienação, divisão do trabalho e manufatura em Karl Marx*. Trabalho apresentado como Seminário do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNESP, Araraquara (SP), dez. 2004.
- _____. *Transcendência (aufhebung), alienação, manufatura e maquinaria em Karl Marx*. Trabalho apresentado como Seminário no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNESP – Araraquara (SP), jun. 2005.
- _____ e CAMPANA, Samya. *Uma nova formulação para transição capitalismo-comunismo: os movimentos sociais e a questão operária*. Encontro da Sociedade de Economia Política Latino-americana (SEPLA), 2006.
- BRANDENBURG, A. *Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável*. Curitiba: Ed. UFPR, 1999.
- _____. Ciências sociais e ambientais rural: principais temas e perspectivas analíticas. *Revista Ambiente e Sociedade*, vol.8 n. 1, Campinas Jan/jun, 2005.
- CABRAL, LUIZ OTAVIO. Espaço e ruralidade no contexto de desenvolvimento voltado a agricultura familiar. *Tese de doutorado*. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Florianópolis, março de 2004.
- CANUTO, J. C. “Agricultura ecológica e sustentabilidade socioambiental” In: *RAÍZES*. Revista de ciências sociais e econômicas. Agricultura, meio ambiente e condições de vida. Campina Grande: UFPB, Ano XVII, n.16, março/1998, p 13-24.
- CAMPANA, Samya. A emancipação humana a partir da síntese histórica do desenvolvimento das forças produtivas sociais: o sistema de laboratório. *Dissertação de Mestrado*. Programa de Pós-graduação em Economia da UFSC.
- DALL’ALBA, João L. *O vale do Braço do Norte*. Orleans: Edição do Autor, 1973.

- ELLIS, F. *Peasant Economics – Farm Households and Agrarian Development*. Cambridge University Press, Cambridge, 1988.
- FRIEDMANN, H. “Simple Commodity Production and Wage Labour in the American Plains”, *The Journal of Peasant Studies*, vol. 6, nº 1:71-100, . 1978.
- GRADE, Marlene, Mari, Cezar Luiz de e Araújo, V. *Economia solidária e desenvolvimento regional: mobilização e formação na amazônia brasileira*. V Encontro Internacional de Economia Solidária: O Discurso e a Prática da Nova Economia FEUSP: São Paulo, 27-29 julho de 2007.
- _____. Fórum do Maciço do Morro da Cruz e AGRECO como espaço transitório: germinando a espacialização de relações solidárias em Santa Catarina. *Tese de doutorado*. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.
- _____. e AUED, Idaletto Malvezzi. A busca de uma nova forma do agir humano: o MST e seu ato teleológico. *Textos e Debates*, UFRR, v. 1, n. 2, p. 41-62, 2005.
- _____. MST: luz e esperança de uma sociedade igualitária e socialista. *Dissertação de Mestrado*. Economia. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1999.
- GOODMAN, D. S. & WILKINSON. *Da lavoura às biotecnologias*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- GOMEZ, W. H. Desenvolvimento sustentável agricultura e capitalismo. In: BECKER, D.F. (Org.) *Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?* Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.
- HASSE, Geraldo. *O Brasil da Soja: abrindo fronteiras, semeando cidades*. Porto Alegre: L & PM, Janeiro, 1996.
- HEGEL, Friedrich W. *Introdução à filosofia da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- HERÁCLITO DE ÉFESO. Doxografia. In: *Pré-socráticos: fragmentos, doxografia e comentários*. São Paulo: Nova Cultural, 1999, p. 81-86.
- IBGE. *Censo demográfico*, 2006. Disponível em <http://censos.ibge.gov.br>. Acessado em 19/03/2008.
- _____. *Censo demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.
- LUZZI, Nilza. A associação dos agricultores ecológicos das encostas da Serra Geral: análise de uma experiência agroecológica. 2001. *Dissertação* Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.
- MARX, Karl. Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores. In: _____. Crítica ao Programa de Gotha. In: MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. Vol. 2. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d a.
- MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *Sobre a Religião*. Lisboa: Edições 70, 1972.
- _____. *A Ideologia Alemã*. Lisboa: Tempo e Presença, 1974.
- _____. O Rendimento e suas fontes: a economia vulgar. In: *Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos*. 1ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1974a.
- _____. *O Capital*. L. 3, vol.VI. São Paulo: Civilização Brasileira, 1974b.
- _____. Líneas Fundamentales de la crítica de la Economía Política (Grundrisse). Primera mitad. Barcelona: Grijalbo, 1977.
- _____. *O Capital: Crítica da Economia Política*. O processo de produção do capital. L. 1, vol.II. São Paulo: Difel, 1985.
- _____. *O Capital*. L. 3, vol.V. São Paulo: Bertrand Brasil, 1991.
- _____. A Questão Judaica. In: *Manuscritos Econômico-filosóficos*. Lisboa: edições 70, 1993.
- _____. *O Capital*. L. 1, vol. I. São Paulo: Bertrand Brasil, 1994.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. GRAZIANO NETO, F. *Questão agrária e ecologia; crítica a moderna agricultura*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MENASCHE, Renata. Percepções e Projetos: agricultura familiar em mudança, o caso da região de Santa Rosa, noroeste do Rio Grande do Sul. *Dissertação*. Rio de Janeiro, 1996.
- MULLER, Jovânia Maria. Do tradicional ao agroecológico: as veredas das transições (o caso dos agricultores familiares de Santa Rosa de Lima). 2001. *Dissertação*. Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

- PÁDUA, J. A. Natureza e Projeto Nacional: as origens da ecologia política no Brasil. In: PÁDUA, J.A. (org.) *Ecologia e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, IUPERJ, 1987.
- PAULILO, Maria Ignez. Produtor e agroindústria: consensos e dissensos – o caso de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1990.
- PELUSO JÚNIOR, Victor. A colonização alemã na área fronteira à Ilha de Santa Catarina: observações geográficas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, Florianópolis, n. 2, 1980. p. 131-145.
- PIAZZA, Walter.. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.
- ROMEIRO, A.R. e ABRANTES, F. J. Meio ambiente e modernização agrícola. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, V.43 n.1, p. 3-45, jan/mar 1981.
- ROMEIRO, A.R.; ABRANTES, F. J. Agricultura e ecodesenvolvimento. In: MAINON, D. (Org). *Ecologia e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: APED, 1992.
- RUSCHEINSKY, A. (org). *Sustentabilidade: uma paixão em movimento*. Porto Alegre: Sulina, 2004.
- SCHNEIDER, S. *Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1999.
- SCHMIDT, Wilson. A municipalização do ensino fundamental em dois pequenos municípios rurais de Santa Catarina: Anitápolis e Santa Rosa de Lima (1987 a 1995). 2000. 189 f. *Tese* (Doutorado de História e Filosofia da Educação). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2000.
- SCHMIDT, Wilson; SCHMIDT, Wilson; TURNES, Valério A. Desenvolvimento local em espaços rurais: a construção de um território nas Encostas da Serra Geral, em Santa Catarina. In: PAULILO, M. I. S.; SCHMIDT, W. (orgs.). *Agricultura e espaço rural em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003. p. 287-308.
- SILVA, J. G. Perspectiva da agricultura alternativa. In: *Cadernos de Difusão de Tecnologia*. Brasília: EMBRAPA. V. 4. n. 2, p. 117-128, 1987.
- _____. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas/SP: UNICAMP, IE, 1996.
- SINGER, Paul. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. Economia dos Setores Populares: propostas e desafios, questões debatidas. In: *Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia*. KRAYCHETE, Gabriel, et all. (Org.) Rio de Janeiro: Vozes, 2000a.
- WANDERLEY, M.N. “A valorização da agricultura e a reivindicação da ruralidade no Brasil” In: *Desenvolvimento e Meio Ambiente: a reconstrução da ruralidade e a relação sociedade-natureza*. Curitiba: Editora da UFPR. n.2. p 29 -29, 2000.
- WOORTMANN, Klass. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. In: *Anuário Antropológico*. Brasília: UnB, n. 87, 1990. p.11-73.